

REUNIÃO NO CREA

DEBATE SOBRE PRIVATIZAÇÃO DA CODESA ALERTA PARA NECESSIDADE DE MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA



Trabalhadores avulsos e vinculados, empresários, entidades, sindicatos e movimentos sociais marcaram presença no debate sobre a privatização da Codesa, que foi promovido pelo Suport-ES no auditório do CREA, na noite desta segunda-feira, 27. Intersindical Portuária, Fórum Permanente Portuário e operadores portuários que operam no porto público também participaram do debate.

Um dos principais pontos discutidos foi a necessidade de valorização da atividade portuária e o envolvimento da sociedade, que vai sofrer as consequências da desestatização. “Precisamos estar prontos para a mobilização para mostrar aos municípios e ao Estado que toda a família portuária vai ser impactada com a venda da Codesa. Estamos em estado de greve e vamos lutar para que os empregos e o mercado de trabalho sejam reconhecidos. Estamos unidos, Intersindical, Guarda Portuária e operadores portuários, pois a luta é uma só”, disse Marildo Capanema, presidente do Suport-ES.

O debate foi aberto para a participação de todos, principalmente para os funcionários concursados da Codesa, que serão os mais prejudicados, pois terão seus contratos finalizados de forma trágica. A discussão enriqueceu ainda mais a unidade e a reflexão sobre o descaso com o patrimônio público e a com a autoridade portuária.

Nesta terça-feira, 28, o Suport-ES já enviou ofício aos prefeitos da Grande Vitória solicitando audiência para os próximos dias para discutir os impactos da desestatização para os municípios.

**SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.
O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.**



Para o presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), **Eduardo Guterra**, a sociedade não pode ficar de braços cruzados e precisa se envolver com a importância social e econômica que o porto tem para as cidades.



José Adilson, presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), da Intersindical Portuária-ES e do Sindicato dos Estivadores-ES, chamou os trabalhadores para a reflexão sobre a visão pública do porto, percepção que o privado não tem, ao visar o lucro.



Para o coordenador do Fórum Permanente Portuário (FPP), **Josué King**, a sociedade está aceitando passivamente a entrega do porto público, sem perceber os danos para toda a comunidade: “Só em Vila Velha, 70% do ISS são provenientes da atividade portuária. São muitas perdas.”



Luiz Fernando Barbosa, portuário, advogado, engenheiro especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho, professor de Direito Marítimo e Portuário, reforçou a importância do porto para o desenvolvimento do Espírito Santo.



Roberto Garofalo, presidente do Sindiofes, ressaltou a necessidade de envolvimento da comunidade portuária para dar voz ao porto. “Acredito na municipalização para fazer do porto uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social.”



O economista e professor **Guilherme Lacerda** representou o deputado Helder Salomão e disse estar perplexo com a falta de envolvimento da sociedade com a privatização do porto público: “Estão tratando a Codesa como se fosse um shopping”.



O presidente da Associação Profissional dos Operadores do ES (Aopes), **Wagner Cantarela**, falou sobre a modelagem que está sendo proposta para a privatização e questionou a previsibilidade legal do processo, a perda de competitividade, os prejuízos para a cadeia produtiva, a seletividade de carga e a falta de investimento público.



Nilo Martins da Cunha, consultor portuário e membro da Aopes alertou para a formação de oligopólios, aumento de tarifas, fuga de cargas e pouca credibilidade dos contratos comerciais com a desestatização da Codesa.



A advogada **Marcelise Azevedo**, assessora jurídica da FNP, destacou três pilares a serem observados na desestatização: fatores jurídicos, técnicos e políticos. Disse ainda que a Federação está buscando a legalidade do processo de desestatização junto ao TCU.



Henrique Zimmer, ex-presidente da Codesa e diretor do Sindicato dos Engenheiros, disse que é vital lutar para ter um porto descente e bem administrado, com pessoas que reconheçam a importância que a atividade portuária tem para a sociedade.



Wilson Mauro Granja Yanes, diretor do Aquasind, disse que os portuários têm de lutar por sua dignidade. "Os aquaviários estão há três anos sem acordo coletivo e só fomos ouvidos quando paramos a entrada e saída de navios em agosto."



Jorge Silva, presidente do CREA, se colocou à disposição dos trabalhadores e das entidades portuárias e destacou a importância do debate para defender as autarquias públicas. O Suport-ES agradece a oportunidade!